

A desigualdade de renda no país



tribunadonorte.com.br/noticia/a-desigualdade-de-renda-no-paa-s/458436

Antoir Mendes Santos

Economista

Estudo sobre desigualdade de renda publicado recentemente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/Social), trás à tona um retrato dessa desigualdade que se verifica entre os diversos segmentos de nossa população, situação que se exacerbou com a recessão que atingiu a economia brasileira, a partir de 2014, e que, sobretudo, penalizou às camadas mais pobres da população.

O relatório sinaliza que, no período de 2014 a 2019, os grupos que perderam com a variação da renda do trabalho, foram homens negros e nordestinos, cerca de -5% e jovens de 25 a 29 anos e chefes de família, na região Norte, cerca de -10%, enquanto que os grupos que mais perderam foram constituídos de pessoas sem instrução, cerca de -15%, jovens de 20 a 24 anos, cerca de -20%, e jovens de 15 a 19 anos, cerca de -25%. Mais acentuada no Norte e Nordeste, a crise comprometeu não só a renda do trabalho, mas, também, o crescimento da economia nessas regiões.

Por outro lado, a crise também aumentou a concentração de renda entre os ricos e os mais pobres. No período considerado, a renda per capita do trabalho dos 10% mais ricos subiu 2,5% acima da inflação, enquanto a do 1% mais rico cresceu cerca de 10%. Em contrapartida, o rendimento dos 50% mais pobres caiu 17,1%, sendo que na classe média, que representa 40% do total da população, esse declínio foi de 4,2%.

O trabalho da Getúlio Vargas mostra que no Brasil o 1% mais rico, cerca de 1,4 milhão de pessoas, fica com 28,3% do total de rendimentos, correspondendo a uma renda média mensal de R\$ 140,0 mil, enquanto que os 10% mais ricos, algo em torno de 14,2 milhões de pessoas que têm renda média de R\$ 28,5 mil, absorvem 55,5% dos rendimentos totais. Comparativamente, os 50% mais pobres, cerca de 71,2 milhões de pessoas com renda média de R\$ 1.200, retêm 13,9% do conjunto de todos os rendimentos, ou seja, menos da metade do que é apropriado pelo 1% mais rico.

No cenário mundial (dados da Escola de Economia de Paris), o Brasil aparece como o país que mais concentra renda no segmento do 1% mais rico, cerca de 28,3% dos rendimentos, só sendo suplantado pelo 1% mais rico do Qatar, que fica com 29,0% da renda daquele país. Em seguida, estão o 1% mais rico do Chile com 23,7%, dos Emirados Árabes com 23,1%, do Iraque com 22,0%, da Índia com 21,3% e da Rússia com 20,2%.

Neste contexto, é importante avaliar de que forma a crise penalizou a classe média brasileira. Na opinião dos especialistas da FGV/Social, “enquanto os mais ricos, mesmo apesar da crise, puderam continuar acumulando recursos, sobretudo, através de ganhos de capital, e os mais pobres também conseguiram progredir em atividades de setores menos especializados, a exemplo do comércio e da construção civil, a classe média se viu comprimida, perdendo espaço pelo encolhimento da indústria de transformação, cuja participação na formação do Produto Interno Bruto (PIB) já foi de 30%, mas que hoje está reduzida para 12%”.

Ou seja, ao passo que os 50% mais pobres (incluindo os trabalhadores por conta própria) aumentaram sua renda em 71%, e os 10% mais ricos elevaram a sua em 60%, a classe média, constituída de 40% da população, viu seu rendimento crescer apenas 44%.

Em que pese o aumento da renda dos mais pobres, ao longo das últimas décadas, constata-se que as políticas sociais e as condições macroeconômicas do país não atacaram as questões de caráter estrutural, haja vista que o Bolsa Família ainda é considerado o principal instrumento de combate à pobreza.